

Título do capítulo	CAPÍTULO 8 – UNIFESSPA NO CONTEXTO DE EXPANSÃO PRODUTIVA DO CENTRO-NORTE BRASILEIRO
Autores(as)	Evaldo Gomes Júnior Fernando Michelotti
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo8

Título do livro	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
Organizadores(as)	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-030-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

UNIFESSPA NO CONTEXTO DE EXPANSÃO PRODUTIVA DO CENTRO-NORTE BRASILEIRO

Evaldo Gomes Júnior¹
Fernando Michelotti²

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos, a expansão produtiva no Brasil obedeceu ao alinhamento com o crescimento da demanda mundial por *commodities* agrícolas e minerais. Entre outros fatores, ressalta-se o reordenamento das regiões dentro do espaço nacional para fins de acumulação de capital e a reestruturação produtiva do país. Segundo Cano (2011), estes processos resultam da crise estrutural do padrão de acumulação anterior, baseada na industrialização metropolitana. Ainda que o autor ressalte a crise do padrão anterior como causa desse processo, a questão-chave para a contextualização deste capítulo é o seu desdobramento nas formas atuais de desenvolvimento das forças produtivas nas regiões brasileiras, em que se privilegia a produção *de commodities* para exportação.

Cano (2011) ressalta que o desafio atual dos estudos sobre as regiões brasileiras não é somente analisar suas desigualdades, mas também entender suas especificidades nesse contexto amplo de ordem neoliberal. Diante desse quadro, é possível identificar regiões de expansão produtiva com maior grau de intensificação, que se destacam por incorporarem o padrão de produção agromineral exportador, como é o caso do sul e do sudeste paraense. Neste caso, ressalta-se o avanço da ocupação territorial via grandes propriedades de terra para fins de criação bovina ou plantação de soja/milho associadas, direta ou indiretamente, à expansão dos grandes projetos de mineração e de infraestrutura. Não ocupam, contudo, terras vazias. Ocupam territórios com histórias anteriores de sociabilidade indígena, quilombola e camponesa, reforçando a concentração fundiária e a produção de monoculturas, bem como estruturando cidades para atenderem a suas demandas específicas de exportação destas *commodities*. E, por tudo isso, geram-se processos de violência permanente nestes espaços de acumulação.

1. Professor do Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (Iedar) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). *E-mail*: <evaldo.gomes@unifesspa.edu.br>.

2. Professor do Iedar da Unifesspa. *E-mail*: <fmichelotti@unifesspa.edu.br>.

Apesar dessas contradições, a expansão da produção agromineral de exportação gera inúmeras expectativas de desenvolvimento entre frações da sociedade local e se constitui em elemento estruturador de um projeto regional hegemônico. Nessa perspectiva, as possibilidades de investimentos e geração de emprego e renda passam a ser apresentadas como condicionadas à sua vinculação com a produção agromineral. Como parte desse processo, as forças hegemônicas tendem a justificar a necessidade de expansão da educação nessas regiões apenas como parte do fortalecimento da produção de *commodities*, seja em termos de qualificação de trabalhadores para as corporações do agro-mínimo-negócio, seja enquanto oportunidade para a população local beneficiar-se dos empregos a serem gerados por essas atividades. Em ambos os casos, observa-se uma perspectiva reducionista da relação entre educação e desenvolvimento regional.

A figura 1 apresenta esse padrão de expansão produtiva pelo interior do país. Percebe-se a incorporação, nos anos recentes da região em que se estabelecem os *campi* da Unifesspa, nosso objeto de estudo. A partir desta conformação territorial, expressa pelo avanço da produção de *commodities* minerais (indicadas pela elevada arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM) e agropecuárias (indicadas pelo crescimento da área colhida de soja e pelo crescimento do efetivo bovino), observa-se uma instituição de ensino superior que se vê diante desta expansão e de suas consequências sobre territórios e populações.

A interiorização do ensino superior em regiões como essa, demanda como desafio para as universidades recém-criadas a constituição de estratégias que ampliem suas formas de inserção regional para além da vinculação estreita com os grandes projetos agrominerais. Neste capítulo, procura-se analisar, com o caso da implantação da Unifesspa, algumas estratégias de aproximação entre o ensino superior e as dinâmicas de desenvolvimento regionais em uma perspectiva crítica e não subordinada aos projetos econômicos principais.

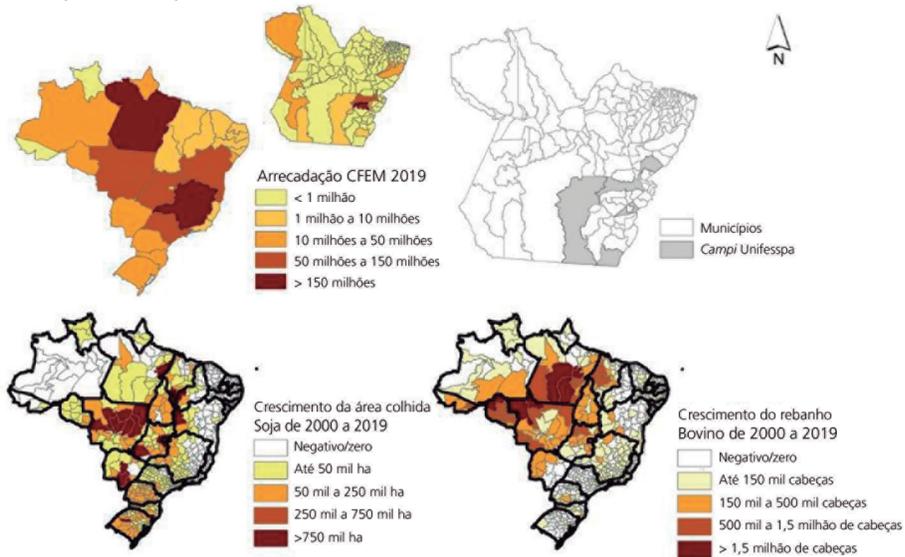
A Unifesspa apresenta um formato *multicampi*, desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão na sede, em Marabá, e nos *campi* fora de sede – Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara; além de ações pontuais em municípios polo como Canaã dos Carajás, Redenção, São Geraldo do Araguaia, Breu Branco e Moju. De todo modo, a Unifesspa está presente na dinâmica do sul e do sudeste paraense para além do ensino e suas estruturas físicas. Uma série de projetos são desenvolvidos em tantos outros municípios, nos assentamentos, nas escolas, em comunidades de pescadores e nos territórios indígenas, buscando outros espaços de diálogo com a sociedade e a ampliação do seu escopo de atuação.

Trata-se, portanto, de uma instituição que foi levada a incorporar todas as contradições da região que atende. A Unifesspa, apesar de expectativas reducionistas de prioridade à formação de força de trabalho aos processos ligados à expansão da fronteira agromineral, vem buscando tornar-se uma universidade que ultrapassa

esses limites, ampliando sua inserção regional e fortalecendo uma multiplicidade de processos de desenvolvimento. Propõe-se, portanto, tornar-se uma universidade pública que participa ativamente da formação de outras formas de reprodução social.

FIGURA 1

Arrecadação de CFEM pelos estados e municípios paraenses, municípios com *campus* da Unifesspa e crescimento da área colhida de soja e do efetivo bovino, por município (2000-2019)



Fontes: Dados de Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE, [s.d.]); Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, [s.d.]); e Relatórios de Arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (ANM, 2010).

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Um primeiro ponto de reflexão sobre a construção dessa perspectiva na Unifesspa refere-se ao perfil dos estudantes. A adoção de um bônus regional, visando minimizar os efeitos de assimetrias na formação básica entre estudantes dessa região e o restante do país, bem como a adoção de diferentes formas de cota para garantir o acesso de estudantes de escola pública, de baixa renda e origem étnica indígena e quilombola, são exemplos de estratégias de inclusão da diversidade da sociedade regional no quadro discente. O caso dos estudantes indígenas e quilombolas, que avançaram para a constituição de uma associação estudantil específica, assim como o caso dos estudantes oriundos da agricultura familiar, que conquistaram um curso específico de licenciatura em educação do campo, revelam as possibilidades de fortalecimento político dos sujeitos subalternizados pelo projeto de desenvolvimento hegemônico, por meio de sua inserção na universidade.

Um segundo ponto de reflexão refere-se à importância dada às articulações com a escola pública, seja em termos de garantia de ingresso de seus estudantes na universidade, seja em termos de formação de professores por intermédio da oferta de licenciaturas. Ao colocar a oferta de ensino-pesquisa-extensão a serviço da formação de professores para atuarem nas diversas modalidades de ensino, a universidade pode atuar em uma perspectiva de desenvolvimento regional que se pretende mais plural e com perspectiva de enfrentamento de graves problemas sociais, como a qualidade da educação básica e a formação para o exercício da cidadania, portanto, não restritos às demandas do campo econômico hegemônico.

Por fim, um terceiro ponto de reflexão refere-se à política cultural e de extensão universitária como elemento integrador da comunidade acadêmica e do estabelecimento de relacionamentos com a sociedade regional. Uma série de ações de fomento a projetos culturais e/ou de extensão são analisados como parte de uma estratégia de valorizar uma perspectiva emancipadora da universidade, não restrita ao viés utilitarista da educação como simples qualificação profissional. Considerando seu formato *multicampi*, esse tipo de ação exerce papel relevante na integração da própria universidade, bem como na sua interiorização regional para além do município sede.

Nesse caso, é importante observar a ênfase dada à interação com o ensino básico, seja por meio de projetos específicos, seja por meio da importância conferida às licenciaturas e ações de formação de professores. Dessa forma, a universidade vem buscando consolidar-se como referência na formação de professores da rede estadual e municipal de toda a região, estabelecendo processos de diálogo entre educação superior e educação básica que vão além da própria formação de professores em si, podendo incidir no aprimoramento das práticas políticas e pedagógicas cotidianas tanto da escola básica como da própria universidade.

Analisar esse processo de inserção da Unifesspa é condição para apresentarmos as diferenças entre a realidade concreta e as idealizações do Estado e das perspectivas hegemônicas em termos regionais. Por isso, este capítulo se propõe a discutir o papel da Unifesspa no sul e no sudeste paraense enquanto articuladora das dinâmicas sociais da região para além dos processos de expansão da fronteira agromineral.

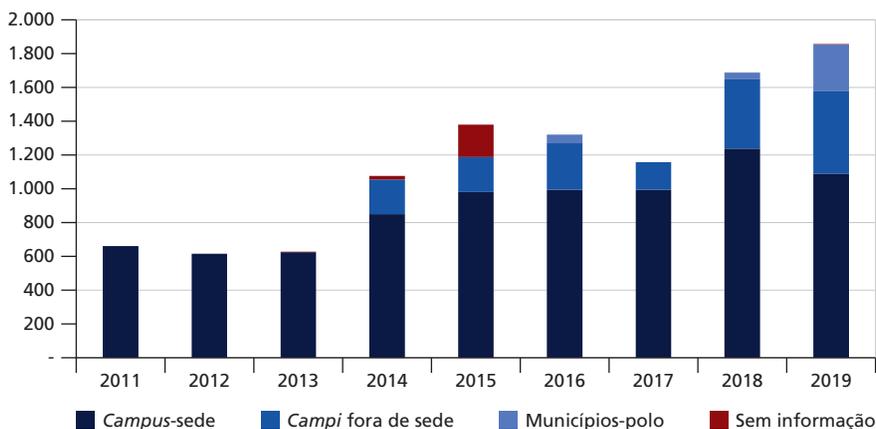
Refletindo sobre estratégias que vêm sendo construídas pela comunidade acadêmica – a saber, a diversificação do perfil discente, o esforço de relacionamento com a educação básica e o fomento a ações de extensão e cultura como elementos constituintes da vida universitária –, este capítulo pode contribuir com uma visão sobre a interiorização da educação superior não restrita às expectativas das forças hegemônicas de vinculação restritivas aos projetos econômicos estruturadores das dinâmicas de expansão produtiva nas fronteiras agrominerais.

2 UNIFESSPA: EXPANSÃO DAS VAGAS E A TERRITORIALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO SUDESTE PARAENSE

A criação da Unifesspa, por meio da Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013, não significou apenas o desmembramento do *campus* de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), mas também um novo impulso de expansão e “interiorização” de vagas do ensino federal da mesorregião sudeste paraense. Conforme o gráfico 1 e a tabela 1, o número de ingressantes apenas no *campus* de Marabá passou de 624, no ano de criação da Unifesspa, para 1.090, em 2019 (crescimento de 74,7%). Além disso, considerando os demais *campi* fora de sede, já incluídos no ato de criação da universidade, e os cursos extras ofertados nos anos seguintes em municípios-polo, o crescimento total do número de vagas foi de 196,2% nesse mesmo período, alcançando 1.857 ingressantes em 2019. O aumento da participação dos *campi* fora de sede e municípios-polo nesse total (correspondentes a 26,7% em 2018 e 41,1% em 2019), em boa medida garantida com recursos de programas governamentais específicos, emendas parlamentares ou parcerias com prefeituras locais, indicam uma busca de continuidade dessa expansão mesmo em um cenário de corte de recursos.

GRÁFICO 1

Número de ingressantes no *campus* de Marabá da UFPA e na Unifesspa (2011-2019)¹



Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os dados de 2011 a 2013 se referem ao *campus* de Marabá da UFPA; e os de 2014 a 2019, à Unifesspa.

TABELA 1
Número de ingressantes no *campus* de Marabá da UFPA e na Unifesspa (2011-2019)¹

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014-2019
<i>Campus-sede</i>	661	615	624	849	981	995	995	1.237	1.090	6.147
<i>Campi</i> fora de sede	-	-	-	206	207	274	163	411	487	1.748
Municípios-polo	-	-	-	-	-	52	-	40	277	369
Sem informação	-	-	3	21	191	-	-	-	3	215
Total	661	615	627	1.076	1.379	1.321	1.158	1.688	1.857	8.479

Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

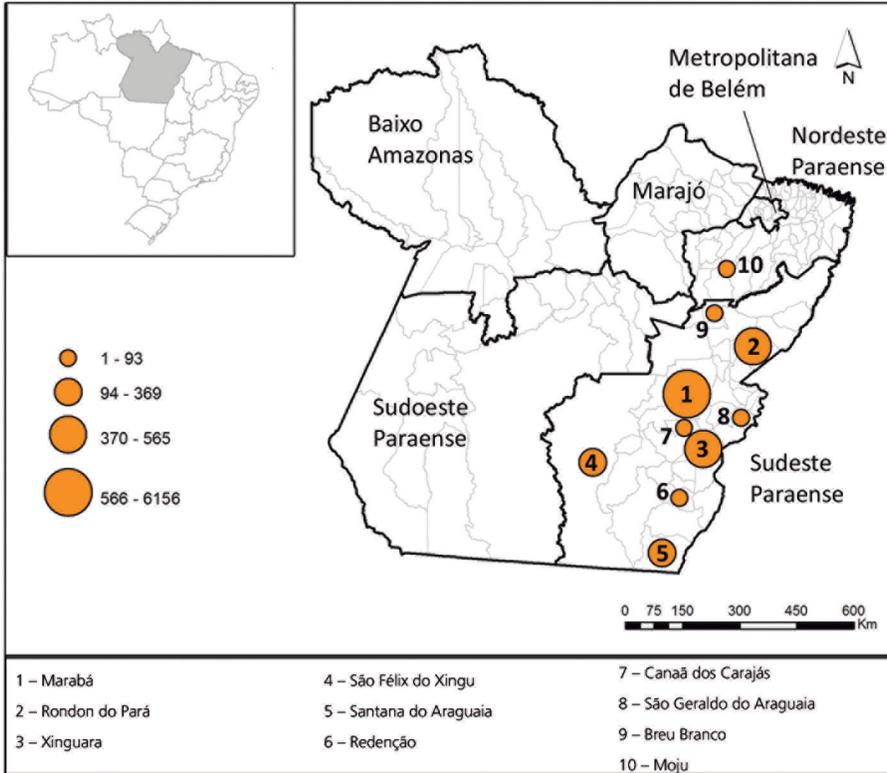
Nota: ¹ Os dados de 2011 a 2013 se referem ao *campus* de Marabá da UFPA; e os de 2014 a 2019, à Unifesspa.

Esse processo de expansão de vagas está permitindo maior territorialização da Unifesspa na mesorregião sudeste paraense (mapa 1), ampliando assim as possibilidades regionais de acesso a universidades federais. Até 2019, a Unifesspa já tinha oferta de graduação em dez municípios distintos, sendo um *campus-sede* em Marabá, quatro *campi* permanentes fora de sede e oferta de cursos temporários em cinco municípios-polo. Embora esse processo ainda apresente uma concentração das vagas no *campus-sede*, com um total acumulado entre 2014 e 2019 de 6.147 vagas (72,2% do total), a Unifesspa vem apresentando sinais de alguma desconcentração, com redução da participação relativa do *campus-sede* no total acumulado dos ingressantes no período 2018-2019, ficando em 65,6%.

Outro dado relevante para se refletir sobre o processo de expansão do ensino superior no sudeste paraense refere-se ao perfil dos ingressantes. Em relação à origem geográfica, a Unifesspa possui registro dos locais de nascimento dos ingressantes, o que permite avaliar a origem familiar em sentido amplo, porém não possui estatísticas sobre o último local de moradia e/ou de realização do ensino médio antes do ingresso na universidade. Em função dessa limitação, o perfil regional dos ingressos revela uma amplitude geográfica de maior temporalidade (nascimento – ingresso na universidade), porém não permite detalhar o movimento mais recente (ensino médio – ingresso na universidade). Considerando-se ter sido o sudeste paraense uma região de convergência de fluxos migratórios significativos nos últimos cinquenta anos, é provável que parte dos ingressos com nascimento em regiões mais distantes tenha ingressado na Unifesspa como resultado de migrações familiares ao longo da vida e não apenas de deslocamento para o ingresso no ensino superior.

MAPA 1

Número acumulado de ingressantes nos diferentes *campi* e polos da Unifesspa (2014-2019)



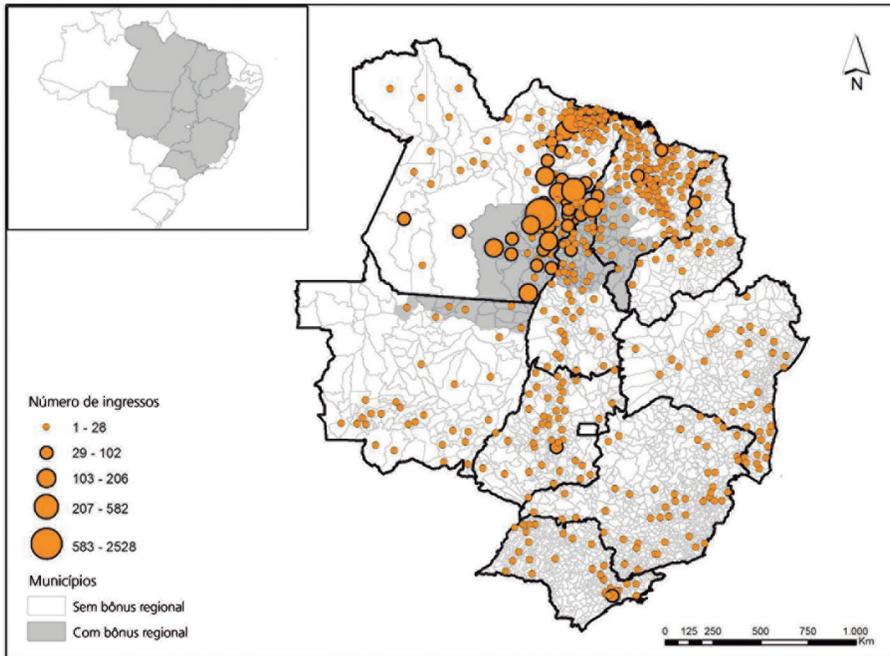
Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Obs.: Mapa reproduzido em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

MAPA 2

Origem dos ingressantes na Unifesspa, considerando os 95,1% dos municípios mais representativos (2014-2019)



Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. A Unifesspa oferece um bônus regional que incide sobre a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos candidatos que cursaram o ensino médio em sua região de influência, o que corresponde a 34 municípios do Pará, 40 do Maranhão, 64 de Tocantins e 12 do Mato Grosso.

2. Mapa reproduzido em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

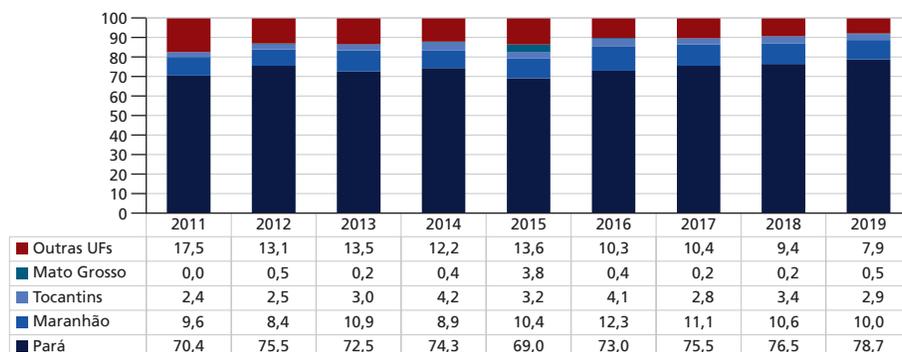
De qualquer forma, 95,1% do total de ingressantes entre 2014 e 2019 nasceram nos seguintes estados: Pará (74,8%), Maranhão (10,5%), Tocantins (3,4%), Goiás (1,7%), Piauí (1,1%), Minas Gerais e São Paulo (ambos com 1,0%), Mato Grosso (0,9%) e Bahia (0,8%), conforme ilustrado no mapa 2. Mesmo considerando que parte deles já tinha experimentando trajetórias de migração que os aproximaram do sudeste paraense ao longo da vida, revela uma diversidade sociocultural importante a ser considerada na formação do perfil dos ingressos desta universidade. Nesse sentido, a origem dos ingressantes é um ponto positivo para que a Unifesspa, mesmo afirmando seu caráter de universidade fortemente territorializada regionalmente, não se restrinja a uma visão excessivamente local e incorpore experiências pessoais, visões de mundo e bases socioculturais e acadêmicas inter-regionais.

Se essa diversidade de origens favorece uma ação intercultural em termos regionais, não se pode desconsiderar a predominância dos ingressantes nascidos nos estados do Pará, do Maranhão e de Tocantins, que, no período acumulado de 2014 a 2019, correspondem, respectivamente, a 74,8%, 10,5% e 3,4%. Totalizando 88,7% da origem dos ingressantes, a participação desses três estados, em especial do Pará, indica um perfil regional da Unifesspa em termos de seus ingressos. Revela, portanto, a universidade como uma oportunidade de acesso ao ensino superior da população dessa região e, ao mesmo tempo, um potencial de fortalecimento dos vínculos da universidade com a sociedade regional.

GRÁFICO 2

UF de nascimento dos ingressantes no *campus* de Marabá da UFPA e na Unifesspa (2011-2019)¹

(Em %)



Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os dados de 2011 a 2013 se referem ao *campus* de Marabá da UFPA; e os de 2014 a 2019, à Unifesspa.

Obs.: UF – Unidade da Federação.

Comparando-se a origem dos ingressantes nos últimos anos da existência do *campus* de Marabá enquanto *campus* fora de sede da UFPA (2011 a 2013) com os ingressos da Unifesspa como um todo (2014 a 2019), conforme apresentado no mapa 2, observa-se que houve muito pouca variação na participação relativa do número de ingressantes nascidos nos estados do Maranhão, de Tocantins e do Mato Grosso, apesar de a Unifesspa ter adotado um bônus regional que facilita o ingresso de candidatos que cursaram o ensino médio em alguns municípios desses estados. A mudança mais significativa se deu pela tendência de redução dos ingressantes nascidos em outras UFs (de 13,5%, em 2013, para 7,9%, em 2019) e ampliação dos ingressantes nascidos no Pará (de 72,5%, em 2013, para 78,7%, em 2019).

TABELA 2
Local de nascimento dos ingressantes paraenses no *campus* de Marabá da UFPA e na Unifesspa (2011-2019)¹

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2013-2019 (%)
Belém	53	118	69	115	100	89	79	86	113	63,8
<i>Campus</i> -sede	190	162	202	258	393	436	385	544	512	153,5
<i>Campi</i> fora de sede	11	11	20	112	108	125	100	184	217	985,0
Polos	6	4	8	15	23	28	16	50	92	1.050,0
Municípios bônus ²	51	37	33	85	115	141	118	178	198	500,0
Outros municípios	151	117	108	215	213	145	176	247	328	203,7
Total	462	449	440	800	952	964	874	1.289	1.460	231,8
Belém	11,5	26,3	15,7	14,4	10,5	9,2	9,0	6,7	7,7	-
<i>Campus</i> -sede	41,1	36,1	45,9	32,3	41,3	45,2	44,1	42,2	35,1	-
<i>Campi</i> fora de sede	2,4	2,4	4,5	14,0	11,3	13,0	11,4	14,3	14,9	-
Polos	1,3	0,9	1,8	1,9	2,4	2,9	1,8	3,9	6,3	-
Municípios bônus ²	11,0	8,2	7,5	10,6	12,1	14,6	13,5	13,8	13,6	-
Outros municípios	32,7	26,1	24,5	26,9	22,4	15,0	20,1	19,2	22,5	-
Total	100	100	-							

Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Os dados de 2011 a 2013 se referem ao *campus* de Marabá da UFPA; e os de 2014 a 2019, à Unifesspa.

² Total dos municípios com bônus regional na nota do Enem, exceto aqueles com *campi* e polos.

A ampliação da participação relativa dos ingressantes nascidos no Pará com a criação da Unifesspa, quando analisada mais detidamente, conforme tabela 2, revela também alterações nas origens internas ao estado. Entre 2013 e 2019, a comparação do número de ingressos nascidos no Pará variou positivamente em 231,8%, expressão tanto do aumento no total de vagas ofertadas quanto da participação relativa desse estado na composição da origem dos ingressos. No entanto, o aumento dos ingressos nascidos em Belém aumentou apenas 63,8%, reduzindo a participação relativa dos ingressantes da capital de 15,7%, em 2013, para 7,7%, em 2019. Também houve redução da participação relativa dos ingressantes nascidos em Marabá, município que abriga o *campus*-sede, com variação de apenas 153,5% no período, portanto, abaixo da variação total. Em contrapartida, nesse mesmo período, houve uma variação acima da média nos ingressantes nascidos nos municípios com os *campi* fora de sede (985,0%), outros municípios paraenses que recebem bônus regional (500,0%) e municípios-polo (1.050,0%). Dessa forma, esses três conjuntos de municípios viram a participação relativa dos ingressos ali nascidos aumentar em 2019 para, respectivamente, 14,9%, 13,6% e 6,3%.

A análise desses dados indica, para além da ampliação dos ingressantes nascidos no estado do Pará como um todo, uma tendência de ampliação mais específica dos

ingressantes oriundos do conjunto da região de atuação da Unifesspa no estado, o que potencializa sua territorialização regional. Para tanto, a estratégia adotada de oferta de bônus regional, especificamente no caso dos municípios paraenses, parece estar contribuindo nessa direção. No entanto, os dados da variação do número de ingressos por conjunto de municípios indicam que a ação mais efetiva para esse processo é a própria presença da universidade por meio da criação de *campi* fora de sede e da oferta de cursos em municípios-polo. Diferentemente do bônus regional ofertado para os municípios de outros estados, no caso paraense, a combinação de bônus e a presença efetiva parecem estar contribuindo para a ampliação do ingresso no ensino superior de pessoas originárias de municípios regionais que, antes da criação da Unifesspa, eram obrigadas a maiores deslocamentos para ter esse acesso.

Além da distribuição regional do perfil dos ingressantes, o processo de territorialização da Unifesspa também pode ser analisado em função dos recortes socioculturais e de classe na constituição do perfil dos estudantes. Visando influenciar nesse processo, outras estratégias têm sido adotadas pela universidade, em especial, a diversificação de formas de ingresso na instituição. Essas formas podem ser agrupadas em seis grandes linhas (gráfico 3): i) processos relativos à utilização da nota do Enem; ii) processos seletivos especiais, utilizados para formação de turmas vinculadas a programas governamentais;³ iii) processos seletivos específicos para indígenas e quilombolas; iv) processos seletivos simplificados para formação de turmas especiais ofertadas pela própria universidade com recursos próprios ou por meio de parcerias; v) mobilidade acadêmica; e vi) outros – transferências *ex-officio*, ingressos judiciais etc.

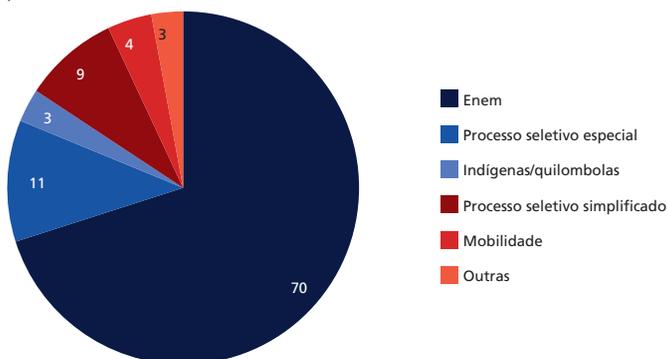
Apesar de a ampla maioria dos ingressantes no período 2014-2019 ter sido por meio de processos seletivos vinculados ao Enem (especialmente o Sistema de Seleção Unificada – Sisu e, como remanescente da UFPA, o Processo Seletivo Seriado – PSS), correspondendo a 70,0% do total, as outras formas têm tido contribuição importante para a diversificação do perfil dos estudantes. Um dos aspectos da diversificação do perfil dos ingressos refere-se aos processos seletivos específicos voltados ao ingresso de estudantes indígenas e quilombolas (por meio de cotas em todos os cursos) e camponeses (por meio da oferta regular de um curso de licenciatura em educação do campo e de turmas especiais vinculados ao Pronera). A presença desses estudantes expressa, de maneira significativa, a possibilidade de a Unifesspa não se subordinar ao projeto hegemônico de desenvolvimento regional, que cria a expectativa exclusiva na formação de profissionais para atuarem nas corporações do agro-mínimo-negócio, e garantir a formação e o envolvimento político e científico nas demandas de construção e fortalecimento de outras territorialidades e outros sentidos de desenvolvimento regional.

3. Especialmente os programas federais: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), Plataforma Paulo Freire (Parfor); e Programa Estadual de Ação para a Cidadania (Propaz).

GRÁFICO 3

Composição dos ingressantes, por forma de ingresso (2014-2019)

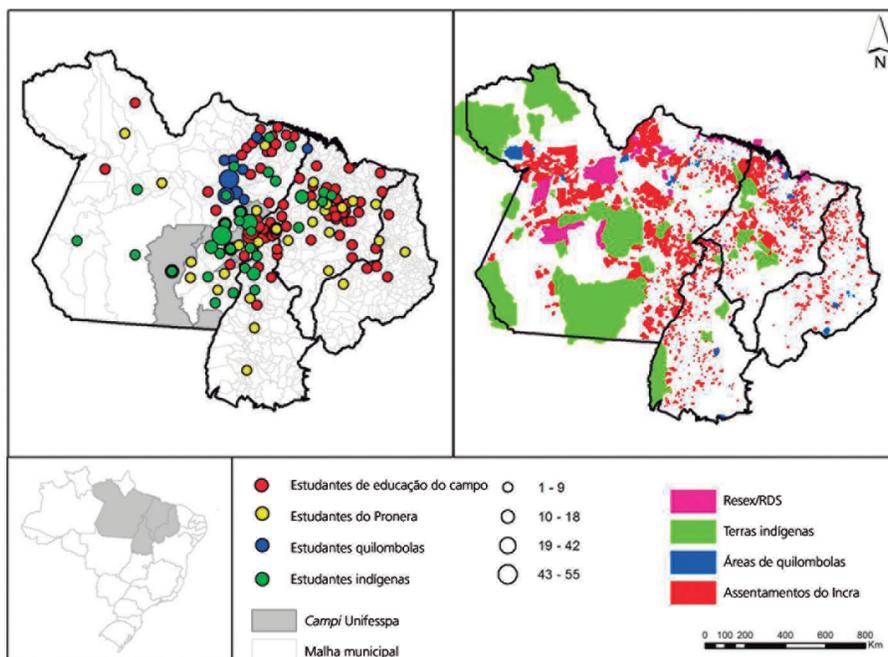
(Em %)



Fonte: SIGAA/Unifesspa.
Elaboração dos autores.

MAPA 3

Origem dos ingressantes indígenas, quilombolas e camponeses na Unifesspa (2014 e 2019)



Fonte: SIGAA/Unifesspa.
Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Representação dos municípios do Pará, do Maranhão, de Tocantins e do Piauí, estados que correspondem ao local de nascimento de 96,8% dos ingressantes indígenas, 100,0% dos ingressantes quilombolas, 94,2% dos ingressantes das turmas do Pronera e 95,3% dos ingressantes da licenciatura em educação do campo
2. Mapa reproduzido em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O mapa 3 ilustra os municípios de nascimento dos ingressos indígenas, quilombolas e camponeses, cuja ampla maioria é originária dos estados do Pará, do Maranhão, de Tocantins e, no caso dos camponeses, também do Piauí. Os municípios que concentram suas origens, conforme também pode ser visualizado no gráfico 3, correspondem a áreas com amplas terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos de reforma agrária, indicando que a presença desses sujeitos na universidade também pode significar a incorporação na vida acadêmica de pautas e demandas políticas e científicas dessas outras territorialidades. Nesse sentido, as ações da Unifesspa que visam diversificar o perfil dos ingressos do ponto de vista sociocultural não estão dissociadas de uma diversificação da pauta político-acadêmica, que pode se desdobrar tanto em formas e conteúdo de ensino como de produção de conhecimento, por meio de projetos de pesquisa-extensão que levem em conta as demandas e perspectivas desses sujeitos subalternizados no desenvolvimento regional comandado pelas frentes de expansão da produção de *commodities*. Ao incorporar essas outras territorialidades, por intermédio do ingresso de indígenas, quilombolas e camponeses, a universidade também incorpora as disputas e tensões territoriais que têm marcado a produção do sudeste paraense.

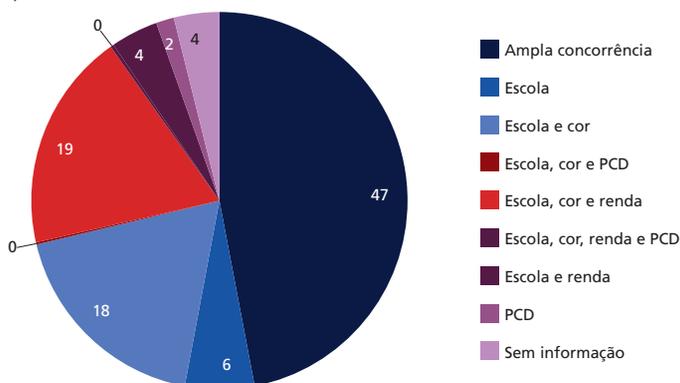
A partir dessa perspectiva, pode-se analisar o ingresso dos estudantes indígenas, quilombolas e camponeses como um processo de politização da vida acadêmica. Essa politização pode se dar, em parte, pela própria presença desses sujeitos, seus saberes e suas demandas no cotidiano da vida universitária. Entretanto, além disso, é reforçada em função da capacidade de organização política desses próprios sujeitos, que se fortalecem na colocação das mais variadas pautas no interior da universidade, desde suas pautas específicas de reconhecimento sociocultural – aí incluídas as demandas por ações de acolhimento, garantia de permanência e formação diferenciada –, até suas pautas políticas mais gerais, relacionadas à sua reprodução social e sua “r-existência” territorial. A capacidade de organização política dos estudantes camponeses, dada sua vinculação, pelo menos em parte, a diversas organizações políticas de trabalhadores rurais e de povos do campo, bem como a criação da Associação dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da Unifesspa, são exemplos de fortalecimento da capacidade coletiva de organização desses estudantes na universidade e politização de sua presença na academia.

Por fim, e considerando que, historicamente, o acesso ao ensino superior no Brasil expressou um privilégio e um instrumento de diferenciação de classe, a diversificação do perfil de ingressantes também demanda observação dessa dimensão, sobretudo, as possibilidades de ampliação da presença de setores populares no corpo discente. Nessa perspectiva, no caso da Unifesspa, o tipo de relação que a universidade estabelece com a sociedade regional não se dá apenas pelo ingresso

de sujeitos do campo, apesar da importância que sua luta política representa no sudeste paraense, mas também do fortalecimento dos vínculos com outros segmentos populares da sociedade regional, seus interesses e suas demandas específicas.

A adoção das políticas de cota como instrumento de democratização do acesso à universidade atua nessa direção, e a Unifesspa, em consonância com as leis mais gerais, estabeleceu essa prática considerando, em primeiro lugar, o estudo básico em escola pública que pode ou não se desdobrar em outras cotas ligadas à cor, renda e deficiência física. Entre 2014 e 2019, dos 5.941 ingressantes via processos vinculados ao Enem, foram selecionados 47,0% via ampla concorrência e 53,0% por cotas, sendo: 1,5% das vagas para candidatos com deficiência e 47,6% das vagas para candidatos oriundos da escola pública associados ou não a outros critérios de cor, renda ou deficiência (gráfico 4).

GRÁFICO 4
Composição dos ingressantes, via Enem (Sisu e PSS), por modalidade de ingresso (2014-2019)
(Em %)



Fonte: SIGAA/Unifesspa.
Elaboração dos autores.
Obs.: PCD – pessoa com deficiência.

Os efeitos dessa política refletem-se no perfil socioeconômico dos estudantes, como demonstram os dados da V Pesquisa Nacional do Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (Ifes). Essa pesquisa foi realizada em 2018 pela Unifesspa em conjunto com outras Ifes, dando sequência a levantamentos que vêm sendo feitos, desde 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis (Fonaprace)/ Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), com o objetivo de sistematizar informações para a promoção de políticas de assistência estudantil no âmbito das Ifes. No caso da Unifesspa, em 2018, um total de 5.190 estudantes responderam ao questionário.

Na tabela 3, já se percebe a presença de estudantes indígenas e quilombolas que, embora ainda proporcionalmente pequena no conjunto, expressa, quando considerados pretos (quilombolas ou não) e indígenas, frequência mais efetiva que sua proporção no conjunto da sociedade brasileira e estadual, o que aponta uma correção de exclusão histórica. Ainda, entre aqueles que autodeclararam sua cor, aproximadamente 84,2% se apresentam como não brancos. São dados que revelam a aproximação do perfil dos estudantes com a população da região. Comparando com os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vê-se que a população paraense difere da brasileira por apresentar maior participação de não brancos em sua composição. A mesma condição foi observada junto aos estudantes da Unifesspa que responderam ao questionário.

TABELA 3
Graduandos da Unifesspa, segundo autodeclaração de cor (2018)

Raça	Estudantes da Unifesspa	%	População do Brasil (%)	População do Pará (%)
Amarela	88	1,7	1,1	0,9
Branca	810	15,6	47,5	21,6
Parda	3.383	65,2	43,4	69,9
Preta – não quilombola	687	13,2	7,5	7,0
Preta – quilombola	90	1,7	-	-
Indígena aldeado	42	0,8	0,4	0,5
Indígena não aldeado	29	0,5		
Sem declaração	61	1,2	0,0	0,0
Total	5.190	100,0	100	100

Fontes: Andifes, Fonaprace e UFU (2019); e Censo Demográfico (IBGE, 2010).
Elaboração dos autores.

A partir desses dados também se pode extrair informações relevantes sobre o perfil socioeconômico dos estudantes, tanto em relação à renda familiar como no que tange à inserção no mercado de trabalho. Relativamente à renda, a familiar *per capita* de 90,5% do conjunto de estudantes que responderam ao questionário é igual ou abaixo de 1,5 salário mínimo (SM), limite máximo de renda *per capita* para definir uma família como socialmente vulnerável, de acordo com o decreto que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).⁴ Desse grupo, a ampla maioria, correspondendo a 76,8% dos estudantes que responderam ao questionário, tem renda familiar *per capita* igual ou abaixo de 1 SM.

4. Instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Esses dados referentes à renda, aliados à condição de emprego desses estudantes, dão mostras da sua condição de classe. Conforme dados apresentados na tabela 4, apenas 23,7% dos estudantes não trabalham nem estão à procura de trabalho, enquanto 76,3% deles ou trabalham ou estão à procura. Esses dados revelam um perfil fortemente marcado pela presença da classe trabalhadora no corpo discente da Unifesspa. Entretanto, o fato de 50,2% dos estudantes estar sem trabalho e à procura dele, revela não apenas a forte presença da classe trabalhadora, mas de uma classe trabalhadora em situação socioeconômica precária, agravada pelo menor acesso dos jovens universitários no mercado de trabalho.

TABELA 4
Graduandos da Unifesspa, segundo condição de emprego (2018)

	Frequência	%	
		Simples	Acumulativa
Sim, tenho um trabalho	1.356	26,1	26,1
Não trabalho e estou à procura de trabalho	2.605	50,2	76,3
Não trabalho e não estou à procura de trabalho	1.229	23,7	100,0
Total	5.190	100,0	-

Fonte: Andifes, Fonaprace e UFU (2019).
Elaboração dos autores.

TABELA 5
Graduandos da Unifesspa, segundo tipo de trabalho (2018)

	Frequência	%		
		Geral	Válida	Acumulativo
Sou funcionário público	392	7,6	28,9	28,9
Trabalho com carteira assinada	326	6,3	24,0	52,9
Trabalho sem carteira assinada	131	2,5	9,6	62,5
Trabalho sem carteira assinada ou contrato ajudando familiares	28	0,5	2,1	64,6
Trabalho com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal	49	1,0	3,6	68,2
Sou estagiário	349	6,7	25,7	93,9
Outro	81	1,6	6,0	100,0
Total	1.356	26,1	100,0	-
Não se aplica	3.834	73,9	-	-
Total	5.190	100,0	-	-

Fonte: Andifes, Fonaprace e UFU (2019).
Elaboração dos autores.

Detalhando o perfil dos 1.356 estudantes que estavam trabalhando na época do levantamento socioeconômico, 28,9% eram funcionários públicos e 24,0% trabalhadores com carteira assinada, que somados indicam apenas 52,9% dos

trabalhadores formais. Os demais estudantes que, na época, tinham vínculo empregatício, eram compostos por trabalhadores informais, temporários ou estagiários, o que reforça a interpretação de que o corpo docente da Unifesspa é composto, majoritariamente, por uma classe trabalhadora em condição socioeconômica precarizada.

Se esses dados socioeconômicos indicam que a localização da universidade pública em regiões periféricas, associada à adoção de estratégias específicas de democratização do acesso, pode ser efetiva na construção de um perfil popular do corpo discente e, portanto, da própria universidade. Também são apontados dois grandes desafios: a garantia da permanência desses estudantes de baixa renda e a construção de possibilidades de sua inserção no mercado de trabalho depois de egressos.

Em relação ao primeiro desafio, a política de assistência estudantil é determinante. Cabe apresentar alguns números acerca da assistência estudantil prestada a eles por meio do PNAES, além de dados acerca de estudantes que recebem bolsas nas mais diversas modalidades inseridas no tripé ensino, pesquisa e extensão da instituição. Os valores absolutos e relativos são superiores ao total da amostra devido a duas questões: i) os estudantes responderam afirmativamente sobre o recebimento de auxílios também para anos anteriores; ii) um mesmo estudante pode receber uma bolsa e um auxílio simultaneamente.

TABELA 6

Graduandos da Unifesspa, segundo se participa ou participou de Programa de Assistência Estudantil e segundo atividade ou programa acadêmico remunerado – Pibex, Pibic, PET etc. (2018)

	Frequência	%
Sim, participo ou participei de programa de assistência estudantil	1.348	26,0
Não participei de nenhum programa de assistência estudantil	3.843	74,0
Participo de atividade ou programa acadêmico remunerado	1.208	23,3

Fonte: Andifes, Fonaprace e UFU (2019).

Elaboração dos autores.

Obs.: Pibex – Programa Institucional de Bolsas de Extensão; Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; PET – Programa de Educação Tutorial.

Segundo dados da tabela 6, há considerável distribuição de auxílios e bolsas na Unifesspa. A questão que devemos colocar, no entanto, é se esta oferta é suficiente. Se existem 90,5% de estudantes com renda familiar *per capita* abaixo de 1,5 SM, ocasiona que estes programas de assistência estudantil e de bolsas de extensão, ensino e pesquisa deveriam ser ampliados.

Em relação à perspectiva da formação superior na região levar a uma maior probabilidade de inserção no mundo do trabalho diretamente vinculado à expansão

da produção/exportação de *commodities* agrícolas e minerais, a estrutura do emprego no município de Marabá, conforme dados da tabela 7, indica seus limites. Do ponto de vista quantitativo, houve um crescimento significativo do emprego formal em Marabá até 2013, passando de 8,3 mil empregados em 1998, para 50,5 mil em 2013 (aumento de 508,0%), porém, refluindo para 46,8 mil em 2018, o que significa uma redução de 7,2% do emprego formal em Marabá no período de existência da Unifesspa, o que ajuda a explicar a elevada porcentagem de estudantes desempregados, mas também leva a supor a existência de dificuldades de inserção no mercado de trabalho para os egressos nesse período.

Apesar disso, para além dos aspectos quantitativos mais gerais, a composição do emprego em Marabá mostra uma relativamente baixa participação do emprego formal diretamente ligado à agricultura (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE A), que reduziu sua participação de 5,6% em 2003 para 2,5% em 2018; à indústria extrativa (CNAE C), que, mesmo ampliando sua participação relativa, alcançou apenas 5,6% em 2018; ou ainda à indústria de transformação (CNAE D), que, fortemente marcada pelo emprego no abate e preparação de produtos de carne e pescado e na metalurgia básica (em 2018, essas duas divisões, somadas, corresponderam a 59,7% do emprego formal na indústria de transformação em Marabá), reduziu sua participação de 19,8% em 2008, para 10,1% em 2018. Mesmo o emprego na construção (CNAE F), que vinha crescendo entre 2003 e 2013, fortemente associado aos investimentos em infraestrutura para a produção de *commodities* agrominerais e para a expansão urbana, reduziu drasticamente sua participação entre 2013 e 2018.

Essas mudanças na composição relativa do emprego em Marabá refletem uma redução em termos absolutos, entre 2013 e 2018, no emprego formal na agricultura (-89 vínculos), indústria de transformação (-783 vínculos), construção (-5.313) não compensados pelo crescimento na indústria extrativa (+563 vínculos). As principais possibilidades de emprego, portanto, seguem sendo no comércio (CNAE G) e na administração pública (CNAE L), que, somados, corresponderam a 50,7% do total dos vínculos em 2018. Embora, em termos absolutos, o comércio tenha tido redução de vínculos entre 2013 e 2018 (-710), a administração pública teve uma ampliação (+1.073). Esse aumento absoluto nos vínculos na administração pública só ficou atrás do aumento nos vínculos na educação (+1.156), que, inclusive, melhorou sua posição relativa para 4,9% do emprego total.

Esse quadro reforça a tese de que a concentração dos esforços de ensino superior nas carreiras diretamente ligadas ao setor produtor/exportador de *commodities* é uma visão limitada, tanto em termos de desenvolvimento regional, como de inserção dos egressos no mercado de trabalho local.

TABELA 7

Distribuição dos vínculos ativos em 31 de dezembro, no município de Marabá, de acordo com a classificação do CNAE 1.0 – anos selecionados
(Em %)

CNAE 1.0	1998	2003	2008	2013	2018
G	30,1	29,9	29,7	27,1	27,7
L	18,1	23,2	18,8	19,2	23,0
D	16,8	18,5	19,8	10,9	10,1
F	2,6	2,3	6,2	15,4	5,3
K	2,8	5,3	3,7	5,9	5,5
I	9,7	4,0	4,9	4,1	5,1
A	3,7	5,6	4,8	2,5	2,5
C	0,4	0,4	0,7	4,1	5,6
M	2,9	2,4	2,5	2,2	4,9
Outros	13,0	8,4	8,9	8,5	10,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Números totais	8.299	17.752	32.398	50.460	46.807

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério da Economia.
Elaboração dos autores.

3 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO PÚBLICA: A VALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Um segundo aspecto a ser considerado no processo de territorialização da Unifesspa na região sudeste paraense refere-se à sua relação, direta e indireta, com o fortalecimento da educação básica, em especial a ofertada por meio da rede pública de ensino. Dois aspectos podem ser analisados para a interpretação dessa relação: a participação dos egressos da escola pública na universidade e a formação de educadores pela universidade.

Observando a origem educacional dos ingressantes entre 2014 e 2019, conforme tabela 8, observa-se que a ampla maioria estudou em escola pública (82,8%). Esse perfil de estudantes se dá tanto pela adoção de processos seletivos especiais e simplificados que, mesmo sem adotarem cotas, atingem pessoas com histórico de estudo em escola pública, como pela política de cotas que considera a centralidade da escola pública. Entretanto, mesmo no caso de ingresso por processos ligados ao Enem (Sisu e PSS), 80,5% são oriundos de escola pública, o que supera significativamente o percentual específico das cotas, indicando que os estudantes da escola pública também têm conseguido ingressar na Unifesspa por meio da modalidade de ampla concorrência.

TABELA 8
Relação entre modalidade de ensino médio e forma de ingresso na Unifesspa (2014-2019)¹

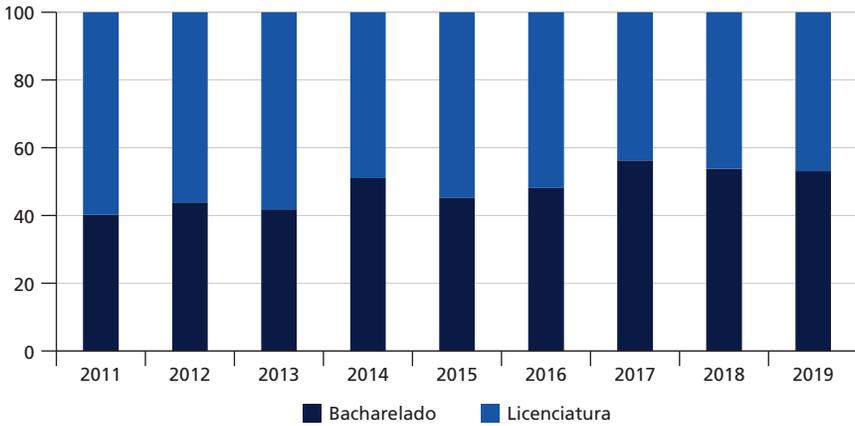
	2014		2015		2016		2017		2018		2019		Total	
	Privado	Público												
Enem	20,5	79,5	24,2	75,8	19,9	80,1	20,6	79,4	17,6	82,4	16,3	83,7	19,5	80,5
Processo seletivo especial	4,4	95,6	8,9	91,1	6,0	94,0	7,1	92,9	17,4	82,6	14,9	85,1	10,2	89,8
Processo seletivo simplificado	9,7	90,3	12,0	88,0	3,6	96,4	3,0	97,0	5,4	94,6	12,6	87,4	9,0	91,0
Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	15,1	84,9	23,5	76,5	18,8	81,2
Outras	16,0	84,0	20,0	80,0	33,3	66,7	-	100	60,0	40,0	-	100	19,4	80,6
Total	16,8	83,2	20,4	79,6	16,0	84,0	18,9	81,1	15,9	84,1	16,3	83,7	17,2	82,8

Fonte: SIGAA/Unifesspa.
Elaboração dos autores.

No sentido inverso, também cabe analisar a relação da universidade com a escola pública a partir da formação de professores pela Unifesspa, que apresenta um potencial de fortalecimento da educação básica em geral e, em especial, da educação pública, dada a sua mais ampla inserção no conjunto de municípios da região.

O ingresso de estudantes para os cursos de licenciatura na Unifesspa é significativo, embora tenha deixado de ser maioria, como nos tempos de *campus* fora de sede da UFPA. Conforme o gráfico 5, os ingressantes em cursos de licenciatura no ano de 2013 representaram 58,1%, caindo em 2014 para 49,0% e em 2019 para 47,0%. Essa redução explica-se pela criação de mais cursos de bacharelado pela Unifesspa que licenciatura, a partir de 2014. Mesmo assim, houve uma ampliação absoluta no número de ingressos em licenciaturas entre 2013 e 2019, de 411 (300 em cursos exclusivamente de licenciatura e 111 em cursos de licenciatura e bacharelado) para 872, representando um crescimento de 112,2%.

GRÁFICO 5
Distribuição dos ingressantes no *campus* de Marabá e na Unifesspa, entre cursos de bacharelado e licenciatura (2011-2019)¹
 (Em %)

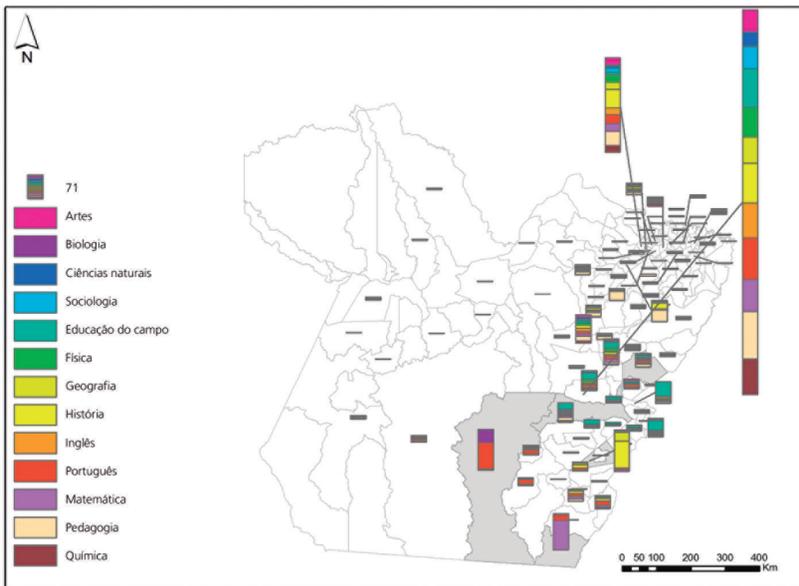


Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os dados de 2011 a 2013 se referem ao *campus* de Marabá da UFPA; e os de 2014 a 2019, à Unifesspa.

MAPA 4
Origem dos ingressantes nos cursos de licenciatura da Unifesspa nascidos no estado do Pará (2014-2019)



Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Obs.: Mapa reproduzido em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Observando os municípios de nascimento dos ingressos paraenses dos cursos de licenciatura ofertados pela Unifesspa, entre 2014 e 2019, conforme dados do mapa 4, observa-se uma predominância de Marabá e Belém, mas também uma significativa distribuição na mesorregião sudeste paraense, especialmente nos municípios com *campi* próprios ou em regiões próximas a eles. Esses dados indicam um campo de possibilidades de interação da universidade com as escolas públicas, por meio de ações e projetos dos cursos de licenciatura com as escolas da sua região de atuação. A realização de cursos de licenciatura contando com ingressos da própria região e, em sua grande maioria, egressos da própria educação básica pública é uma base importante para o desenvolvimento de ações em parceria com as escolas básicas da região.

4 DIVERSIDADE NA PRÁTICA: AÇÕES DE EXTENSÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

A viabilização da política extensionista é pressuposto previsto pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) em seu art. 207, em que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Mais que o princípio da indissociabilidade, a extensão, por si, é pressuposto e resultado da legitimação da universidade no território em que ela abrange, visto que, por meio dela que se garante a relação com os demais setores da sociedade e define as instituições públicas de ensino superior como promotoras de ação social, conforme prevê a mais recente resolução da política de extensão das instituições de ensino superior do Ministério da Educação (MEC):⁵

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, art. 3^o).

Para além da imposição legal às universidades em se promover e desenvolver ações de extensão, há todo um processo histórico – em especial na América Latina – de se constituir a extensão como diretriz de uma universidade necessária para resolver as questões relativas ao subdesenvolvimento dos países latino-americanos. Sem este princípio a universidade pode caminhar para o diálogo unicamente entre seus próprios pares e a propor condições de vanguarda no desenvolvimento científico e tecnológico de suas áreas científicas, de linguagens e de expressões artísticas.

5. Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES) nº 7/2018.

É de se supor, portanto, que a política extensionista de uma universidade não se garante por meio do aparato legal, mas principalmente por força política de determinados grupos sociais presentes dentro e fora da instituição. Os embates sociais entre classes e frações de classes se apresentam na universidade como mecanismos de legitimação de determinadas diretrizes. Uma universidade pode priorizar a pesquisa de ponta e se articular com grandes empresas nacionais para garantir financiamentos de laboratórios. Esta mesma universidade pode desenvolver formas alternativas de processos pedagógicos em seus cursos de graduação a partir de experiências conjuntas com movimentos sociais.

No caso da Unifesspa, universidade criada no processo de expansão do ensino superior no interior do país, tem-se uma condição específica já relatada anteriormente. Esta universidade é estabelecida sob um território dito de fronteira agromineral, imbricado entre a expansão capitalista de grande escala sobre a produção a partir da terra, que atrai massas relevantes de migrantes, e o desenvolvimento de outras formas de sociabilidade de povos tradicionais. Como se percebe, a relação única com processos de desenvolvimento das forças produtivas em conjunto com grandes grupos capitalistas regionais e transnacionais não foi um caminho natural para o desenvolvimento das atividades da Unifesspa.

Antes disso, durante a existência do *campus* de Marabá da UFPA, a comunidade acadêmica da atual Unifesspa se orientou à formação de profissionais de licenciatura para atender as escolas da região e se vincular ao desenvolvimento de orientações político-pedagógicas das escolas públicas do campo e da cidade. Dessa forma, já estavam sedimentadas as condições de expansão de ações transformadoras da realidade regional do sudeste paraense pela Unifesspa, caracterizada por ser uma região periférica de um país subdesenvolvido, mas responsável por parte relevante das exportações do Brasil.

Do *campus* da UFPA para Unifesspa, tem-se um processo relevante de incorporação do quadro de servidores, além do crescimento do ingresso de estudantes no mesmo período. Segundo dados da Secretaria de Planejamento (Seplan) da Unifesspa, em 2013, havia 142 docentes e 40 técnicos-administrativos na instituição. Este número em 2018 é de 381 docentes e 305 técnicos-administrativos. A expressão deste crescimento tem se revelado na ampliação da demanda por financiamento de bolsas de extensão a discentes por meio de editais centralizados na Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (Proex).

Desde 2017, projetos e programas de extensão contemplados pelo Pibex são acompanhados por meio do SIGAA/Unifesspa. Naquele ano, foi aprovado um total de 47 ações de extensão, por meio do edital Pibex. Foram instituídos quinze programas, com duração máxima de dois anos; e 27 projetos, com duração máxima de um ano. Destas ações, 22 tinham vinculação direta e indireta com a educação

básica, da cidade e do campo, inclusive em escolas indígenas, e seis tinham vinculação direta com o desenvolvimento de ações em conjunto com assentamentos de reforma agrária. Além disso, havia nove projetos de extensão desenvolvidos nos *campi* fora de sede, com exceção do *campus* de Santana do Araguaia.

Desse modo, percebe-se que a suposição de uma universidade estreitamente vinculada aos grandes projetos de mineração da região e à expansão da produção agropecuária esbarrou nas condições pretéritas de constituição do *campus* de Marabá, que já desenvolvia ações de extensão vinculadas à formação de professores e juntos aos assentamentos de reforma agrária e aos povos indígenas da região. Esbarrou também nas próprias contradições sociais da região, que em meio a sua ligação estreita com o comércio mundial de *commodities*, demanda da Unifesspa soluções cotidianas para as condições precárias de reprodução social, de saúde e de educação, no campo e na cidade.

Em 2018, esses projetos entram em execução e se lança um outro edital Pibex para projetos de extensão a serem executados em 2019, concomitantemente com os programas de extensão aprovados em 2017 e prazo máximo de dois anos de execução. Naquele ano, foram ofertadas quarenta bolsas de extensão para o edital de 2018. Porém, dado o grande número de projetos aprovados e não classificados, a Proex optou pela ampliação dos projetos contemplados, dando um total de 63 projetos de extensão para serem executados em 2019.

Novamente, é considerável a quantidade de projetos de extensão com vinculação na escola pública básica. E, neste caso, chama a atenção também para projetos de faculdades sem cursos de licenciatura, como das faculdades de ciências econômicas, engenharia elétrica, geociências e administração. Foi possível mapear quarenta projetos de extensão vinculados direta e indiretamente a escolas públicas de ensino básico, além de cinco projetos diretamente vinculados a assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais tradicionais. Além disso, todos os *campi* fora de sede passaram então a ter projetos de extensão em execução, um total de 23 projetos fora do *campus*-sede. E todos os institutos da Unifesspa, pela primeira vez, tinham ações de extensão aprovadas em um edital da Proex.

Essas informações dão conta da diversidade sociocultural da ação extensionista da Unifesspa no sudeste paraense, além da abrangência territorial. São ações que extrapolam os municípios que têm unidades acadêmicas da instituição, como é o caso de ações em Itupiranga, Canaã dos Carajás e Parauapebas. São formas de inserção da universidade pública que permitem internalizar saberes e cotidianos diversos daqueles que muitas vezes foram engessados por métodos inadequados para a realidade regional.

No último edital lançado pela Proex, houve um total de 93 ações aprovadas: 18 programas e 77 projetos. Para além da estabelecida relação generalizada com as

escolas públicas municipais e estaduais, do campo e da cidade, temos uma outra questão a se colocar. Trata-se de um crescimento de ações de extensão superior à incorporação de servidores nos últimos anos, conforme podemos ver na tabela 9. A relação entre programas e projetos de extensão financiados com bolsas a discentes pela Proex e o total de servidores do quadro permanente da Unifesspa passa de 6,15% para 12,80%.

TABELA 9
Programas e projetos de extensão em execução e quadro de servidores da Unifesspa (2017-2020)

	2017	2018	2019	2020
Projetos	-	27	63	77
Programas	-	15	14	18
Total de programas e projetos	-	42	77	95
Docentes permanentes na ativa	345	381	392*	433**
Servidores permanentes na ativa	598	686	701*	742**
Relação de programas e projetos/servidores (%)	-	6,15	10,98	12,80

Fontes: SIGAA/Unifesspa; e dados abertos da Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Obs.: * Referente a levantamento de março de 2019; ** referente a levantamento de novembro de 2019.

Os dados da tabela 9 apresentam relação entre coordenador de programas e projetos (um por ação) e total de servidores. Porém, há tantos outros servidores, discentes e agentes de outros setores da sociedade que se vinculam institucionalmente a estas ações, como bolsistas, voluntários e colaboradores. Na tabela 10, tem-se o total de membros das ações de extensão, de acordo com a previsão inicial dos programas e projetos. É relevante tanto o crescimento de membros nas ações de extensão, que dobra de 2018 para 2020, como também a quantidade de docentes promovendo ações de extensão na Unifesspa.

TABELA 10
Total de membros das ações, por tipo de membro e ano (2018, 2019 e 2020)

	2018	2019	2020
Docentes	146	248	284
Discentes	59	117	119
Servidores	26	35	54
Externos	25	37	63
Total	256	437	520

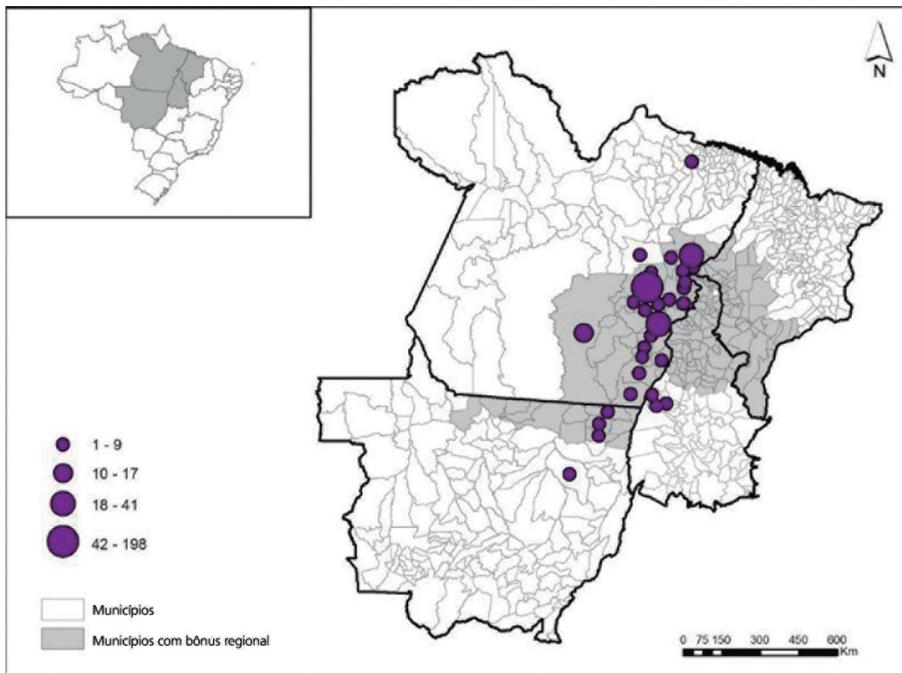
Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

O mapa 5 mostra a dimensão da atuação da Unifesspa por meio de suas ações de extensão. Ao longo de três anos, programas e projetos de extensão aprovados no edital Pibex geraram um espriamento da instituição não só no sudeste paraense como também em municípios dos estados de Mato Grosso e Tocantins. Mesmo que boa parte das ações se concentrem em Marabá e seu entorno, outras tantas se estabelecem nas proximidades dos municípios com *campus* fora de sede e em áreas vizinhas.

MAPA 5

Distribuição espacial das ações de extensão da Unifesspa (2018, 2019 e 2020)



Fonte: SIGAA/Unifesspa.

Elaboração dos autores.

Obs.: Mapa reproduzido em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

4.1 Política de institucionalização de ações de extensão

Para além dessas ações contempladas em editais de bolsas de extensão, temos uma série de outras ações institucionalizadas, vinculadas diretamente à Proex e definidas enquanto tal por sua importância política na relação com outros setores da sociedade regional. Isso significa que, a Unifesspa, por meio de sua Proex e em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Institucional, define os grupos

sociais, sujeitos e territórios prioritários para se trabalhar conjuntamente pela transformação da realidade regional.

Em 2019, tinha-se enquanto ações institucionalizadas a construção de biodigestores em assentamentos rurais (*BioFertGás Tecnologia Social e Sustentabilidade na Amazônia*); popularização do acesso à universidade pública por meio do cursinho popular cujos professores são discentes da Unifesspa (*Cursinho Popular Multicampi Emancipa: movimento de educação popular*); projeto de inclusão digital por meio de cursos de informática básica e intermediária para a população marabaense (*Programa de Inclusão Digital PID Unifesspa*); integração universidade-escola por meio de métodos de ensino de ciências da natureza em laboratórios para estudantes do ensino médio (*Clube de Ciências: uma alternativa para fazer alfabetização científica na educação básica*). Tais projetos iniciaram por meio dos editais citados anteriormente, mas tornaram-se ações vinculadas diretamente à Proex em conjunto com os coordenadores que os propuseram originalmente.

A Unifesspa também, em um esforço de resgate e divulgação da memória dos conflitos agrários e dos massacres aos mais diversos povos originários regionais, desenvolve ações conjuntas de pesquisa e extensão no sentido de organizar, catalogar e digitalizar arquivos de três fontes distintas para futuros projetos acadêmicos: *Preservação do acervo Iara Ferraz*, doado pela própria antropóloga; *Ação de preservação do patrimônio arquivístico da Comissão Pastoral da Terra (CPT)*, desenvolvido em conjunto com a própria CPT nos municípios de Marabá e Xinguara; e o *Centro de referência em estudos, pesquisas e extensão sobre a história e memória da região sul e sudeste do Pará*, desenvolvido em conjunto com o Fórum da Comarca de Marabá.

De maneira geral, a ação extensionista na Unifesspa deve necessariamente ser pensada em seu sentido intercultural, associada à perspectiva da própria diversidade observada na formação dos povos regionais de toda a América Latina e, conseqüentemente da região. Este sentido intercultural garante a integração de outros modos sociais para além dos processos de homogeneização cultural que buscam se hegemonizarem a partir do avanço da acumulação capitalista. Por isso mesmo, temos como função primordial da Unifesspa o desenvolvimento de ações de resgate e de referenciamento de ações culturais junto à sociedade regional.

As ações culturais são desenvolvidas em processos *multicampi*, com a participação direta de sujeitos locais da comunidade acadêmica e de outros setores da sociedade. Neste caso, integra-se à Unifesspa atividades ligadas a movimentos sociais, comunidades tradicionais e povos indígenas por meio de suas expressões artístico-culturais plenamente associadas a pesquisas e espaços de discussões e divulgação científica.

Podemos citar alguns exemplos, como é o caso do *Festival Internacional Amazônida de Cinema de Fronteira* (FIA Cinefront), já na sua sexta edição.

Este evento, em conjunto com a construção do *Acampamento Pedagógico da Juventude Sem-Terra*,⁶ e com sessões para além de municípios do estado do Pará. Em 2019, o festival homenageou a Comissão Pastoral da Terra pelo empenho em defender e divulgar as lutas dos povos do campo na região ao longo das últimas décadas.

Outro exemplo é a *Mostra Universitária da Canção Paraense*, evento que agrega artistas locais em todas os municípios com unidades acadêmicas da Unifesspa e que apresenta, nas mais diversas expressões artísticas, suas composições e obras a partir da cultura regional paraense. Em sua sétima edição, em 2019, a mostra ocorreu nas cidades de Marabá, Xinguara e São Félix do Xingu, com apoio de todas as prefeituras de seus respectivos municípios.

Cabe ainda recordar as articulações com a CPT na viabilização do intercâmbio de saberes entre povos do campo e a universidade. Desde 2018, existe no *campus*-sede de Marabá duas edições mensais da *Feira dos Povos do Campo*, contando com a presença de agricultores do assentamento PDS Porto Seguro. Desde o início, houve a integração da feira dos produtos da reforma agrária com cursos de formação e rodas de conversa nos dias em que as feiras são organizadas. Entretanto, a partir do segundo trimestre de 2019, a CPT organizou com a Proex um curso de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, com a presença de assentados e sujeitos de outras comunidades rurais, em quatro etapas ao longo do ano. Tal formato pedagógico, baseado na pedagogia da alternância, foi consequente de tal maneira que teve previsão de reedição com os povos indígenas Suruí-Aikewara em 2020, infelizmente interrompida em função da pandemia.

Há uma série de outros eventos mais pontuais, que contam com a viabilização de espaços de discussão e cultura a partir do que se desenvolve localmente. Partindo de uma realidade violenta, de permanente migração de trabalhadores em busca de terra e trabalho, principalmente do próprio estado do Pará e do Maranhão, é um desafio empreender ações interculturais que dialoguem com os mais variados sujeitos de uma realidade que insiste em ser diversa mesmo diante do acultramento imposto pelo avanço da fronteira agromineral. São justamente estes sujeitos – organizados por meio de movimentos sociais, sindicatos, associações de produtores rurais e cooperativas – que puxam a Unifesspa para fora de seus muros e tornam possível a construção de uma universidade plural e diversa na região.

6. O Acampamento Pedagógico da Juventude ocorre anualmente na chamada “curva do S”, em Eldorado dos Carajás/PA, e relembra o massacre ocorrido no dia 17 de abril de 1996 contra trabalhadores rurais sem terra, onde dezenove deles foram assassinados por forças militares do estado e tantos outros mutilados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2020, a Unifesspa completou sete anos de instituição. Antes disso, porém, já constituiu, por meio da criação do *campus* de Marabá da UFPA, ainda em 1987, o sentido que permanece nesta “nova” instituição para a construção de uma outra realidade regional: a formação de quadros para o desenvolvimento da educação básica e sua permanente inserção na luta dos povos do campo e da floresta em defesa de seu direito de produzir alimentos saudáveis e utilizar a floresta como forma de vida e construção de saberes. Não pode parecer algo alheio a este histórico ou que surgiu junto com os novos sujeitos incorporados pela agora Unifesspa, a partir de 2013.

É válido citar mais dois exemplos de que essa dinâmica se recria permanentemente na Unifesspa. Em 2020, foi ampliada a ação de extensão *Rede de Saberes*, elaborada em 2019, criando um espaço permanente de diálogo e formação com gestores e professores da rede pública de ensino básico por meio de fóruns e criação de novas parcerias pedagógicas entre as instituições. Ainda em 2020 também se instituiu como ação de extensão a viabilização de compra de parte dos alimentos utilizados no Restaurante Universitário diretamente de produtores e cooperativas de assentamentos da reforma agrária, dando prosseguimento ao fortalecimento da produção familiar de alimentos saudáveis, junto à criação de um cardápio regional para atender a comunidade acadêmica.

Não que essa realidade interna da instituição também não seja contraditória. A criação de cursos vinculados aos grandes projetos de mineração da região formou também uma expectativa de permitir a utilização da força de trabalho local pelas transnacionais que atuam na região. A mesma condição se aplica à influência da expansão agropecuária na região, onde se cria também expectativas acerca da viabilização de pesquisas de ponta e novos cursos de graduação que criem condições de aumentos da produtividade, bem como de desenvolvimento de novas técnicas de produção para atender grandes propriedades fundiárias monocultoras.

A Unifesspa está em disputa. É assim que se constitui o processo de interiorização do ensino superior público na fronteira agromineral do sudeste paraense. Por mais legítima que tenha sido essa política de interiorização, seus dispositivos legais não garantem a criação de uma universidade necessária para a realidade regional. Contudo, não se deve realmente exigir do Estado a superação das limitações que ele mesmo cria. É papel dos sujeitos que constroem a Unifesspa torná-la uma universidade de excelência na solução dos problemas estruturais de nossa realidade subdesenvolvida.

REFERÊNCIAS

ANDIFES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR; FONAPRACE – FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS; UFU – UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Ifes – 2018**. Brasília: Andifes, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3DqdSuR>>.

ANM – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Relatórios de Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)**. Brasília: ANM, 2010.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília: MEC, 18 dez. 2018

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 27-53, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal: 2000-2019**. IBGE, [s.d.]a.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal: 2000-2019**. IBGE, [s.d.]b.

UNIFESSPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. **Dados abertos Unifesspa**. Unifesspa, [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/3A9nWa6>>. Acesso em: jan. 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 5 out. 1988.